



Ata Nº 07/2020

Aos dezessete dias do mês de Junho de 2020, reuniram-se os conselheiros de Direito para a plenária Ordinária de Junho, de forma virtual, em plataforma Google Meet. A presidente Márcia Martins deu as boas-vindas a todos e todas e pergunta se todos fizeram a leitura da Ata anterior, se há alterações ou acréscimos a fazer. Nada tendo sido observado, colocou em votação a aprovação, o que foi aprovado pelos conselheiros. A seguir, a presidente passa a palavra à gestora do FMDCA, Lisiane Wachholz, que aborda a dispensa de chamamento para os projetos emergenciais em função da pandemia pelo COVID19. Foram assinados quatro (4) Termos de Fomento e aguardam a Ordem de Fornecimento. Os demais aguardam o parecer da PGM, que será concluído entre hoje e amanhã. Lisiane apresenta também o Folder criado para campanha de arrecadação de doação ao FMDA, aproveitando a ampliação do prazo para as entregas de Declarações de IR. Apresenta também a captação de cada instituição e o valor retido ao Fundo. Relata que se encontrou com Simone, do Controle Interno, que deu informações importantes sobre as captações e prestações de contas. Isso foi apresentado em power-point, disponibilizado no grupo do Comdedica. Exemplifica que, caso a instituição tenha um projeto de 100 mil e arrecade 50%, deverá alterar seu Plano de Trabalho e de Aplicação, adequando ao valor efetivamente captado, e com o aval do Comdedica, será feito aditivo. O projeto continua até o prazo legal, podendo ter novo aditivo se alcançar mais recursos na captação. Sobre os projetos do Edital de 2019, que não foram executados em função da pandemia, podem ser alterados se mantidos o Objeto, com justificativa detalhada. Orientada pela contadora da SDS, conforme orientação do IGAN, os projetos entram como subvenção social. Márcia fala sobre os projetos do último Edital que estão em andamento, precisamos esclarecer dúvidas pois terão que ser aditivados em função da paralisação. Joíza, Casa Aberta, pede esclarecimento sobre alteração de valores captados e total dos projetos aprovados. Lisiane explica que o que foi efetivamente arrecadado deve estar no Plano de Trabalho e se depois houver mais captação para o mesmo projeto, se faz aditivo. Assim a entidade já poderá executar algumas ações previstas no projeto. Márcia relata que antes da Lei 13019, era possível seguir captando com o mesmo Convênio, hoje não mais. Devemos fazer uma formação para isso, discutir com todas as OSCs. Na possibilidade de se desejar a troca do objeto, tem que haver o pedido de alteração. Para o Edital 2019, terá que ser pedida a alteração de prazo até o dia 06 de Julho próximo. Márcia solicita à Lisiane que faça um roteiro detalhado de como proceder, para todas as OSCs e agradece à gestora todo o empenho que vem demonstrando na gestão. Seguinte pauta, **Projeto Plano Decenal**, Fabiane Asquidamini -Proame, informa que deverá ser enviado o Plano de Trabalho com o novo prazo de execução. Na última plenária foi instituída a comissão que deverá ler e colocar as questões do Plano Decenal, o que precisa ser alterado ou questionamentos e críticas, etc. Ela e Marcela estão finalizando para poderem apresentar o Plano à Comissão. Coloca a falta da Educação – Daiane, conselheira da educação, se dispôs a participar e Saúde falta integrante. Será criado grupo de whatsapp chamando para reunião de apresentação, para início de Julho, com proposta de dinâmica de apresentação e sistemática. O Plano está bastante amplo. Propõem convidar mais três nomes, integrantes do quadro fixo da Prefeitura, que permanecerão mesmo se mudada a gestão, que possam ser um aporte de divulgação e implementação do Plano. Expõem a

dificuldade de um Plano de dez anos. Sugere Cris...., da Saúde e Paulo Crochemore da SDS. O terceiro nome ainda não tem, talvez Clóvis, da SEMUSP, que coordena o OCA da Secretaria. Vai ser ocupado o mês de Julho e parte de Agosto para apreciação da comissão. A presidente considera que em Agosto se possa realizar uma atividade para discutir o Plano. Seguindo, Fabiane fala do **Edital do Itaú**. Foi aberto chamamento público do Fundo e, se cumprirmos os prazos estabelecidos, não teremos tempo hábil de postar no Portal o projeto aprovado e os documentos exigidos, inclusive documentos do Comdedica. O prazo de manter o Edital aberto por 30 dias não pode ser alterado, a proposta é que o prazo de análise dos projetos seja diminuído. Foi consultado o jurídico da SDS, Dr. Thiago e a SECOL que sinalizaram ser possível. Márcia considera possível, reduzindo os dez dias para 3, ficando de 30/06 a 02/7, e 13/07 para análise de recurso. O prazo do recurso de 5 dias ficará de 6 a 10/07 – que também tem que ser mantido. Resultado final sai em 14/07. Colocado em aprovação, aprovado pelos conselheiros a alteração do cronograma. Seguinte pauta, **CONSELHO TUTELAR**, Dione relata que encaminhou a estatística do primeiro trimestre na plenária anterior, pergunta se a Comissão de Políticas conseguiu se reunir para análise dos dados. Informa que continua o regime de plantões, vão à sede do conselho quando é necessário. As reuniões do colegiado estão sendo semanais, em vídeo. Sobre a data de 12 de Junho, estão visitando alguns espaços e presenteando com uma máscara alusiva a esse dia de luta pela erradicação do Trabalho Infantil. Lembra da comemoração dos 30 anos do ECA, que não pode passar em branco. A CT Patricia coloca que as máscaras foram custeadas pelos conselheiros, por isso não puderam distribuir pra todos. A presidente relata que para os 30 anos do ECA, o COL tem projeto aprovado para a confecção de cartilha com a história da implantação na cidade, com nomes que participaram dessa construção, e os desafios atuais. A CT Patricia volta ao que foi abordado na última plenária, a necessidade de um sistema que possa ser acessado e alimentado pelos conselheiros, similar ao SIPIA, não implantado no município, atualmente, por falta de treinamento. As conselheiras estiveram em visita aos Conselho Tutelar de Novo Hamburgo, conhecendo o sistema com que operam na cidade. Sistema próprio da Prefeitura, que atende às demandas com êxito, podendo ser acessado de qualquer lugar com internet, com a matrícula do CT. Questionadas a respeito do SIPIA, informam que foi feito contato com a Aconturs – Associação dos Conselheiros Tutelares do RS, sobre a implantação do RS, onde receberam a informação da não obrigatoriedade de ser esse sistema e que pouquíssimos municípios o tem implantado. Pela Resolução número 170, art, 23 do Conanda, deve haver um sistema que atenda o município e é responsabilidade do Poder Público providenciar. Em reunião com a secretária Letícia Muniz, foram colocadas todas essas coisas e aguardamos o contato que a secretária terá com o setor de comunicação da Prefeitura, vendo a possibilidade de se ter um sistema próprio, equivalente ao SIPIA. Sem esse sistema, não há como apresentar dados para o Conselho de Direito. Márcia pergunta a Charles se, no recurso vindo do governo federal, há possibilidade de se colocar uma formação aos conselheiros e acredita que a Comissão de Políticas possa contribuir. Silvana, chefe de gabinete da secretária Letícia, informa que está dando andamento às solicitações do Conselho Tutelar, algumas prioridades foram elencadas e espera dar retorno o mais breve possível. **FÓRUM DCA** – Fábio Bernardo, AMMEP, fala do projeto de férias que a AMMEP proporcionou para todas as crianças e adolescentes das OSCs, onde apenas duas entidades abriram mão de participar, um projeto de R\$ 150 mil reais, aos quais foram devolvidos ao Fundo Municipal o valor de R\$ 35.682,19, já prestado contas e aguardam o parecer. Agradece a confiança de todos e foi gratificante ter proporcionado momentos de tanta alegria às nossas crianças e adolescentes. Sobre o Protocolo de Contingência pelo COVID19, acredita que todas as OSCs apresentaram à SDS,

assunto discutido em reuniões com o GT e com os integrantes do Fórum. Também fala do Monte Alverne, o avanço na discussão dos adolescentes daquele espaço onde aguardariam diagnósticos dos testes e posterior encaminhamento aos abrigos nos casos dos testes negativos. Eliene Amorin, Isaura Maia, reforça a importância da participação do Fórum na construção do Plano de Contingência das questões dos Acolhimento. A mobilização do Fórum com a secretaria foi pronta e efetiva. **RELATO DAS COMISSÕES** – Márcia fala da Resolução 224, do CEDICA, quanto aos registros e renovações de inscrições de entidades e fornecimento de documentos, no período da pandemia. Todas as inscrições que vencerem nesse período, devem ter o prazo de registro dilatados até 30 de setembro deste ano. O recebimento dos pedidos de registro e fornecimento de outros documentos deve ser mantido. Temos uma série de questões importantes para as entidades, como prestações de contas e é necessário a atuação da comissão de finanças para solução. Márcia pergunta se as comissões conseguiram se reunir. Ruzel, ALDEF, relata que na última chamada ninguém se apresentou. Rodrigo Castilhos, SEDHU, informa que não havia demandas para a comissão de projetos. Silvia, APRAMOR, relata que não houve retorno das colocações no grupo e não houve encontro. Daniel Boeira, Gabinete do prefeito, traz a situação do IEDE, que pede à comissão de registro a liberação para atuar, provisoriamente, no espaço cedido pela igreja, por ter sido perdido seu espaço em incêndio recente. Rosângela, secretária executiva dos conselhos informa que todos os documentos e o pedido da entidade já foi encaminhado à comissão de registros. Márcia solicita que a comissão analise esses documentos. Lucirene, Talitha Kum, fala da necessidade de ter o aval do CMAS também, e questiona de se ter uma visita única. Nesse momento de pandemia, Márcia não considera viável a atuação conjunta dos dois conselhos. **Especialmente pelo fato de o conselho da criança tem critérios distintos do conselho de assistência, tendo em vista as legislações específicas.** Daniel e Ruzel farão a visita ao espaço. Fábio pergunta se chegou alguma denúncia ao Conselho de Ética, Rosângela informa que recebeu e entregou documento **na PGM, aos cuidados de Vanessa**, mas não viu o teor do mesmo. A presidente reforça a necessidade do encontro, de forma virtual, das comissões para organização e continuidade do trabalho. Também fala dos dois Grupos de Trabalho dos quais está participando – a Rede Solidária, onde discutem a distribuição de alimentos para famílias que não têm acesso através do CADÚnico, Educação ou SCFV. Essas famílias devem se cadastrar junto aos CRAs **das regiões**. Adilson, adjunto da SDS poderia falar mais sobre isso mas teve que atender a outra agenda. Silvana informa que também as Associações de Bairros podem se inscrever. Segundo GT é do Protocolo Sanitário da Educação. Na próxima semana deverá ser aprovado e poderá circular entre todos para conhecimento. Nos assuntos finais, Daniel fala da gravidade de situação da pandemia. A estratégia do governo é uma aliança com instituições e com os Conselhos, num espaço de diálogos. A Saúde avançou muito desde o início, em Março, Monte Alverne foi um importante acréscimo. Agora os indicadores apontam um agravamento. A Assistência Social é estratégica para sobrevivência na população no impacto social, na população mais vulnerável para o desabastecimento. Todas as informações estão sendo passadas de forma absolutamente transparente. O Hospital está muito bem preparado. Contudo, os municípios da região metropolitana somam 70% dos leitos do estado, o sistema está à beira de um colapso porque as pessoas perderam a percepção da gravidade da pandemia, sendo que se observa pela onda crescente do contágio. Assim, nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a plenária ordinária, da qual, para constar, eu Rejane Bottega Victoria, lavei a presente ata.